

# SUMÁRIO

---

## PARTE I

### FILOSOFIA DO DIREITO. TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

<b>CAPÍTULO I – FILOSOFIA DO DIREITO I: O CONCEITO DE JUSTIÇA, O CONCEITO DE DIREITO, EQUIDADE, DIREITO E MORAL.....</b>	<b>3</b>
I. O conceito de justiça.....	3
1. Sentido lato de justiça como valor universal.....	3
1.1. Justiça como virtude e <i>ideia</i> em Platão .....	4
1.2. Justiça como virtude da <i>mediania</i> em Aristóteles .....	6
1.3. Justiça em Santo Tomás de Aquino: uma releitura <i>teológica</i> de Aristotéles.....	8
1.4. Justiça no sistema ético-deontico de Immanuel Kant.....	9
1.5. Justiça como <i>valor</i> em Nicolai Hartmann.....	10
2. Sentido estrito de justiça como valor jurídico-político .....	12
2.1. Surgimento do conceito de justiça como valor jurídico-político em Roma.....	12
2.2. O histórico da justiça nas escolas do direito natural e a negação do fundamento de justiça do direito pelo positivismo jurídico .....	17
2.2.1. A doutrina do direito natural .....	17
2.2.2. O positivismo jurídico.....	22
3. Discussões contemporâneas e divergências sobre o conceito de justiça... 25	
3.1. Cultura, história e valor em Henrique Cláudio de Lima Vaz (Padre Vaz): pressupostos para a discussão .....	25
3.2. <i>A historicidade</i> do valor da justiça em Miguel Reale .....	26
3.3. <i>Autolegislação</i> em Jurgen Habermas.....	30
3.4. A versão <i>procedimental</i> da justiça em John Rawls .....	33
3.5. O <i>direito dúctil</i> de Gustavo Zagrebelsky.....	37

3.6.	Pós-positivismo, neoconstitucionalismo e construtivismo judicial .....	39
3.6.1.	Pós-positivismo e neoconstitucionalismo .....	39
3.6.2.	Fundamento moral da dignidade da pessoa humana como vetor e <i>telos</i> do neoconstitucionalismo.....	42
3.6.3.	Construtivismo judicial.....	44
II.	O conceito de Direito.....	50
1.	Direito: dispersão semântica do termo .....	50
2.	Três perspectivas fundamentais sobre a Ciência do Direito: normativismo, realismo, tridimensionalismo .....	52
1.1.	Normativismo Jurídico.....	52
1.2.	Realismo Jurídico.....	58
1.3.	Tridimensionalismo Jurídico.....	59
3.	O objeto de estudo da Ciência do Direito .....	63
III.	Equidade.....	66
1.	Concepções de equidade.....	66
2.	Manifestações de equidade.....	68
3.	O problema do “proceder por equidade” no direito positivo brasileiro ....	70
IV.	Direito e moral.....	72
1.	Teorias sobre as relações entre moral e direito.....	72
2.	Características e distinções entre normas morais e jurídicas .....	74
3.	Fundamento moral do direito? .....	76

## **CAPÍTULO II – FILOSOFIA DO DIREITO II: A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO .....**

I.	A interpretação do Direito .....	78
1.	Breve nota etimológica .....	78
2.	A finalidade da interpretação .....	80
3.	A interpretação do Direito e a Hermenêutica Jurídica.....	82
4.	Interpretação, aplicação e integração no Direito: processos mutuamente implicados .....	84
5.	O silogismo jurídico e as funções da atividade jurisdicional.....	87
5.1.	Silogismo jurídico?.....	88
5.2.	As funções da atividade jurisdicional na formação do silogismo jurídico .....	90
6.	Tipos de interpretação segundo a figura do intérprete.....	91
7.	Os métodos clássicos de interpretação do Direito pela Hermenêutica tradicional.....	91
7.1.	Método exegético, literal ou gramatical.....	93
7.2.	Método lógico.....	97
7.3.	Método sistemático.....	99

7.4. Método teleológico.....	101
7.5. Método histórico-evolutivo (histórico + sociológico).....	106
II. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo .....	109
1. Distinções entre Hermenêutica Jurídica, Hermenêutica Científica (ou Geral, ou Teoria da Interpretação) e Hermenêutica Filosófica (ou Ontologia Fundamental) .....	109
2. A reviravolta hermenêutica .....	111
3. <i>Velha</i> Hermenêutica e <i>Nova</i> Hermenêutica .....	113
III. O método de interpretação pela lógica do razoável.....	114

### **CAPÍTULO III – TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA ..... 123**

I. Direito objetivo e direito subjetivo.....	123
1. Uma dicotomia clássica .....	123
2. Direito subjetivo .....	124
2.1. Teorias sobre o direito subjetivo .....	125
Teoria da vontade (Bernard Windscheid) .....	125
Teoria do interesse (Rudolf Von Ihering).....	125
Teoria da garantia.....	126
Teoria da pretensão ( <i>Anspruch</i> ) garantida (Miguel Reale).....	126
Teoria do direito subjetivo como mero “direito reflexo” e como “direito subjetivo em sentido técnico” (Hans Kelsen) .....	127
2.2. Classificação dos direitos subjetivos.....	128
2.3. Outras situações subjetivas.....	130
II. Fontes do Direito Objetivo .....	132
1. Introdução à dogmática das fontes do direito: divergências terminológicas.....	132
2. Lei: uma definição complexa.....	135
2.1. A hierarquia das fontes do direito.....	138
Decreto <i>autônomo</i> .....	139
<i>Supralegalidade</i> de tratados .....	140
2.2. Críticas à estruturação hierárquica das normas .....	145
3. Costumes .....	149
4. Princípios gerais do direito.....	152
4.1. Definição e normatividade dos princípios.....	152
4.2. Normas, valores e princípios.....	154
4.3. Duas observações finais sobre os princípios.....	157
5. Jurisprudência e súmula vinculante .....	159
6. Fontes negociais .....	162
7. Doutrina .....	163

III. Eficácia da lei no tempo, conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.....	164
1. Eficácia da lei no tempo.....	164
1.1. Advertência sobre o emprego do termo “eficácia” e de outros a ela relacionados.....	164
1.2. Eficácia da lei no tempo.....	166
2. Conflito de normas jurídicas no tempo e o direito brasileiro: Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Civil, e Direito do Trabalho.....	169
2.1. Noções sobre o conflito de normas jurídicas no tempo.....	169
2.2. Direito Constitucional.....	174
2.3. Direito Penal.....	177
2.4. Direito Civil.....	179
2.5. Direito do Trabalho.....	182
IV. Teoria Geral da Política .....	185
1. O conceito de Política .....	185
2. Política e Direito .....	186
3. <i>O direito da política e a política do direito: o direito estudado na perspectiva política e a política estudada na perspectiva jurídica</i> .....	188
4. Ideologias .....	189
5. Ideologia e o novo papel desempenhado pelo Poder Judiciário.....	192
6. A Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU.....	196
6.1. Precedentes.....	196
6.2. A Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU.....	197
6.3. Universalidade dos direitos humanos: e uma ordem <i>cosmopolita</i> .....	198
Referências Bibliográficas .....	201

## PARTE II

### SOCIOLOGIA DO DIREITO. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

<b>CAPÍTULO I – SOCIOLOGIA DO DIREITO.....</b>	<b>211</b>
1. Conceitos introdutórios .....	211
1.1. Sociologia do Direito ou Sociologia Jurídica? .....	211
1.2. A função e o conceito de Sociologia Jurídica, interdisciplinaridade e eficácia .....	214
1.2.1. Função e Conceito de Sociologia Jurídica.....	214
1.2.2. Da interdisciplinaridade à ecologia dos saberes.....	216
1.2.3. Sociologia Jurídica e eficácia jurídica.....	218
1.3. Conceitos de Sociedade e Direito.....	220

2. Introdução à sociologia da administração judiciária.....	225
2.1. Condições teóricas e sociais para o surgimento da Sociologia dos Tribunais .....	225
2.2. Sociologia dos Tribunais: problemas funcionais, estruturais e de cultura institucional .....	227
2.2.1. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia).....	227
2.2.2. Problemas estruturais do Poder Judiciário: o acesso à Justiça....	232
2.2.3. Formação da cultura institucional do Poder Judiciário.....	235
3. Relações sociais e relações jurídicas .....	241
3.1. Controle social e Direito .....	246
3.2. Transformações sociais e Direito.....	249
3.2.1. Direito e revolução.....	250
3.2.2. Direito e desobediência civil.....	252
4. Conflitos sociais e mecanismos de resolução .....	254
4.1. Poder Judiciário e as novas demandas sociais.....	256
4.2. Sistemas não judiciais de composição de litígios .....	258
Referências Bibliográficas .....	261

## **CAPÍTULO II – PSICOLOGIA JUDICIÁRIA..... 265**

1. Introdução.....	265
2. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas .....	266
2.1. O comportamento de partes e testemunhas.....	267
2.1.1. A sintonia emocional.....	267
2.1.2. Obtenção da verdade judicial .....	268
2.1.3. Detectando mentiras e simulações .....	269
2.1.4. O senso comum e a detecção de mentiras .....	270
3. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual: .....	271
3.1. Assédio Moral – <i>Mobbing</i> .....	271
3.1.1. Introdução .....	271
3.1.2. Conceito .....	272
3.1.3. Identificando o assédio moral.....	273
3.1.4. Enredamento do processo.....	274
3.1.5. Consequências do assédio moral.....	275
3.1.6. Dispositivos legais.....	276
3.1.7. Dano moral X assédio moral .....	276
3.2. Assédio sexual.....	279
3.2.1. Consequências do assédio sexual.....	280
Distinções entre assédio sexual e assédio moral .....	281

4. Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.....	281
4.1. Teoria do conflito.....	281
4.2. Mecanismos autocompositivos; técnicas de negociação e mediação.....	283
4.3. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.....	286
5. Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia .....	290
5.1. Psicologia e Comunicação.....	290
5.2. Relacionamento interpessoal.....	291
5.3. Relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.....	294
Referências Bibliográficas .....	299

### **CAPÍTULO III – ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL .. 303**

1. Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções .....	303
Breve histórico.....	303
Ingresso .....	307
Carreira e promoções .....	312
Remoções.....	317
2. Código de Ética da Magistratura Nacional .....	320
3. Direitos e deveres funcionais da magistratura.....	324
4. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.....	329
Responsabilidade administrativa .....	330
Responsabilidade civil.....	343
Responsabilidade penal.....	345
5. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.....	346
Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	346
Conselhos Superiores e outros órgãos de controle do Poder Judiciário .....	351
6. Administração judicial, planejamento estratégico e modernização da gestão .....	352
Referências Bibliográficas .....	361